



Conselho Tutelar Perus/Anhanguera



Lei Fed. 8069/090 / Lei Min. 11123 – Em defesa dos direitos da criança e adolescente
Av. Fiorelli Peccicacco, 359A Jd. Adelfiore Perus / CEP 05201-050 S. Paulo SP – Tel. 3917-0823 /3915-3000

São Paulo, 03 de dezembro de 2003.

Ao
CMDCA

A/C. Comissão Permanente Conselhos Tutelares e Garantia de Direito – Leda Sueli

Ofício Nro1476/03


Vimos pelo presente solicitar desta comissão informações sobre o Programa Sentinela, convênio feito através da Secretaria Municipal de Saúde, C.N.R.V.V. – Instituto Sedes Sapientiae, e aprovado pelo C.M.D.C.A, com verbas vindas do FUNCAD. Este Programa atendeu no ultimo semestre em nossa região “96 atendimentos diretos” e “20 atendimentos de prevenção”.

Temos tido grande suporte por parte deste programa e de seus profissionais, e nos causou estranheza a informação da suspensão do atendimento, por falta de verbas. Pedimos então a esta comissão a intervenção junto a comissão de finanças para a garantia que seja cumprido o E.C.A. Art. 4º – Parágrafo Único – d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e a juventude.

Sendo o que tínhamos a informar e na esperança de uma resposta que venha a garantir a proteção de nossos usuários já tão carentes de políticas publicas.

Atenciosamente

Conselho C.P.S.S


João Batista da Silva
RG 8 216 473-1
Conselheiro Tutelar
PERUS

Leda Sueli
Município de Perus - Fundação Souza
05201-050
Rua...
PERUS

Cláudia Inês Aguiar
Cláudia Inês Aguiar de Souza
RG 8 216 410-6
Conselheiro Tutelar
PERUS

Jandira R. Paula da Silva
Jandira R. Paula da Silva
RG 8 216 473-1
Conselheiro Tutelar
PERUS



País e filhos

GISELA MATTOS É PSQUIATRA INFANTIL E ATUA NO CENTRO DE REFERÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



ALICIA PERES

Mães que maltratam

É comum a reprodução do ciclo: o agressor também foi vítima na infância

“Vim aqui porque me denunciaram... Não agüento minha filha. Ela só apronta, só vem reclamação da escola, não dá! Eu meto a mão. E agora que ela tá maiorzinha, deu de me enfrentar! Ai eu perco a cabeça, pego a primeira coisa que tiver perto. Meu pai me batia de cinto, do lado da fivela ainda, e eu nem ia mal na escola! Eu gostava de lá, era quando ficava longe das brigas em casa. Agora, minha filha vai jogar fora os estudos? Não vai, não! Ai vem alguém que não sabe nada da minha vida, e me bota o juizado em cima. Vem a conselheira me dizer que não pode bater, que eu tenho de achar outro jeito de educar. E tem outro jeito, doutora?”

Mariana vai contando sua história com um misto de constrangimento e alívio. Finalmente, depois de muitos “descontroles” e surras na filha mais velha, de oito anos, alguém segurou sua mão. Finalmente ela pôde falar de suas expectativas frustradas, das surras que levou na infância, de sua dificuldade em transmitir algo diferente daquilo que aprendeu.

Por incrível que pareça, teve sorte. Freada e amparada por um sistema de proteção à infância e adolescência, tem a chance de quebrar o ciclo de violência.

Mas nem sempre é assim. Em muitas famílias o silêncio prevalece: mães e pais espancam seus filhos, abusam deles sexualmente, humilham-nos ou os negligenciam sob o olhar cego, assustado, impotente ou complacente de vizinhos, professores e profissionais de saúde. As conseqüências variam da baixa auto-estima à depressão e abuso de drogas, da agressividade à

delinqüência, do contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e aids à gravidez precoce e tentativas de aborto, dos hematomas à morte.

Em 2003, já foram notificados 20.757 casos de violência doméstica, inclusive fatal, contra crianças e adolescentes no Brasil, segundo o Laci/USP. Mais de 60% dos abusos sexuais ocorrem dentro dos lares.

Poucos são os que agredem devido a distúrbios

“Ela apronta, é malcriada, só vem reclamação da escola, não dá! Eu meto a mão.”

psiquiátricos. Muitos apenas reagem a sentimentos de insegurança e impotência diante das demandas da maternidade/paternidade. A maioria desempenha bem seus papéis sociais mas vive em isolamento social e tem pouca interação com a família extensa. Foi educada à força da violência e não conseguiu desenvolver a empatia e o autocontrole necessários para proporcionar aos próprios filhos uma educação não-violenta. O silêncio em torno da família violenta favorece a reprodução histórica desse fenômeno.

Se todos os pais, mães e responsáveis que maltratam seus filhos necessitam, em maior ou menor grau, dos mecanismos reguladores gerados pela sociedade, necessitam também de orientação, apoio e, em certos casos, de tratamento psicológico.

Para transformar as concepções nas quais estas práticas se assentam é preciso persistência e conhecimento da dinâmica sociopsicológica do problema e uma abordagem transdisciplinar profilática e terapêutica.

